



Universidade Federal Fluminense

PROGEPE
PRO-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ESCOLA DE GOVERNANÇA EM GESTÃO PÚBLICA (EGGP)

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO BÁSICO PARA SERVIDORES

Realização: UFF	
Linha: Formação Geral	Modalidade: Remoto
Carga Horária: 40 horas	Período e formato do curso: 01/10 a 14/11/2024 na plataforma Classroom Encontros síncronos às terças e quintas via Meet, nas datas: 01/10; 03/10; 08/10; 10/10 Semana de 14 a 18/10: atividades assíncronas na plataforma (liberadas a partir de 11/10) Encontros síncronos às terças e quintas via Meet, nas datas: 22/10; 24/10; 29/10; 31/10; 05/11 e 07/11 Semana de 11 a 14/11: atividades assíncronas na plataforma (liberadas a partir de 08/11)
Público alvo: Servidores Públicos Federais da UFF, com ênfase para os servidores recém-ingressos na Universidade	Pré-requisito: Possuir Ensino Médio Completo.
Local: Encontros síncronos pelo Google Meet e tutoria na plataforma Classroom em formato assíncrono	
Instrutora / tutora: Priscilla Dutra Almeida Gregio	

Objetivos:

Objetivo Geral:

- Capacitar os servidores do quadro da UFF, propiciando conhecimentos básicos sobre o Direito Administrativo e fomentando a compreensão do conteúdo à luz de doutrina especializada, jurisprudência e legislação, a fim de contribuir para o desenvolvimento de habilidades que levem ao aperfeiçoamento da prática cotidiana nas atividades desenvolvidas junto à Universidade.

Objetivos específicos:

- Estabelecer noções preliminares e conceitos de base sobre o Estado, contrapondo às novas tendências e mutações do Direito Administrativo e do funcionamento da Administração Pública;
- Compreender o regime jurídico administrativo, enfatizando a relevância e aplicação dos princípios constitucionais explícitos e implícitos que regem a Administração Pública;
- Apresentar o funcionamento da organização administrativa brasileira, estruturada enquanto administração direta e indireta (sujeitos estatais), a partir dos fenômenos da desconcentração e descentralização, situando a participação dos sujeitos não-estatais que atuam na execução de serviços públicos e de atividades privadas de relevância pública;
- Analisar criticamente os poderes e deveres dos administradores públicos, como elementos indispensáveis na busca pelo interesse público;
- Examinar a estrutura dos atos emanados pela Administração Pública, estabelecendo a dimensão de sua existência, validade e eficácia;
- Refletir sobre o funcionamento da atividade prestada pela Administração, caracterizada enquanto serviço público, destacando seus princípios de regência e outros aspectos relacionados à organização e regime de responsabilidade;
- Assimilar as fases da responsabilidade civil do Estado, compreendendo seus elementos e alcance.

Conteúdo Programático:**1. Direito Administrativo – Regime Jurídico Administrativo**

Conceito. Noções introdutórias de base. Fontes. Regime Jurídico Administrativo: princípios basilares e funcionamento. Princípios constitucionais expressos. Princípios Implícitos. Mutações e tendências do Direito Administrativo.

2. Administração Pública – Organização Administrativa Brasileira

Desconcentração e descentralização. Administração Direta e Indireta. Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e Sociedade de Economia Mista. Sujeitos não-estatais por colaboração e cooperação.

3. Poderes Administrativos

Discrecionabilidade e vinculação. Poderes hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia.

4. Ato Administrativo

Conceito. Requisitos. Atributos. Perfeição, validade e eficácia. Mérito. Extinção. Teoria das Nulidades.

5. Serviços Públicos

Conceito. Princípios. Competências. Formas de prestação do serviço público. Classificação. Delegação:

concessão e permissão. Autorização. Código de Defesa do Usuário do Serviço Público (Lei no 13.460/2017).

6. Responsabilidade Civil do Estado

Evolução histórica. Art. 37, parágrafo 6o da Constituição. Agentes da responsabilidade civil. Elementos da responsabilidade civil. Responsabilidade por omissão do Estado. Direito de regresso.

Metodologia:

Aulas expositivas virtuais síncronas, apoiadas pela utilização de material didático (apostila disponibilizada e slides), com o propósito de oferecer aos participantes uma visão teórico-prática do Direito Administrativo.

Serão referenciadas situações encontradas no cotidiano do servidor público, estimulando o debate e a reflexão quanto a problemas e aspectos críticos, além de tutoria para esclarecer dúvidas e incentivar a participação ativa dos cursistas.

Os conteúdos são dinâmicos e aplicados, no que couber, à realidade institucional, e as exposições dialogadas, estudos de caso e problematizações são as principais metodologias de base, assim como as atividades individuais para fins de avaliação.

O ambiente da plataforma permite a interação entre tutor e alunos, com o acompanhamento próximo e trocas de experiência, e os encontros síncronos propiciam uma maior vivência e entrosamento entre os cursistas.

Certificação:

A certificação no curso estará condicionada à obtenção de **frequência mínima de 60% (sessenta por cento)**, comprovada por assinatura em lista de presença, bem como à obtenção de **60% (sessenta por cento) de aproveitamento das atividades avaliativas**.

Referências:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 08 ago. 2024.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 38. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2024.
- CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.
- MARINELA, Fernanda. Manual de Direito Administrativo. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.
- MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 14. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.
- MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 23. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
- MEIRELLES, Dalmo de Azevedo. Direito administrativo decifrado. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.
- MEIRELLES, Hely Lopes et al. Direito administrativo brasileiro. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 37. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2024.
- NOHARA, Irene Patrícia Diom. Direito administrativo. 13. ed. Barueri [SP]: Atlas, 2024.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de Direito Administrativo. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024.

_____. Organização administrativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

_____. Precedentes no direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

_____. Princípios do Direito Administrativo. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.

SADDY, André. Curso de direito administrativo brasileiro: volume 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos - CEEJ, 2024.

_____. Curso de direito administrativo brasileiro: volume 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos - CEEJ, 2024.

_____. Curso de direito administrativo brasileiro: volume 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Centro para Estudos Empírico-Jurídicos - CEEJ, 2024.

SPITZCOVSKY, Celso. Direito Administrativo: Coleção Esquematizado. 7. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.